

Histórias do pensamento geográfico

Instituições, institucionalização e produção do conhecimento

Sergio Nunes Pereira



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/316>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.316

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Edição impressa

Data de publicação: 1 Julho 2000

ISSN: 1519-1265

Referência eletrónica

Sergio Nunes Pereira, « Histórias do pensamento geográfico », *Terra Brasilis* [Online], 2 | 2000, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/316> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.316

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Histórias do pensamento geográfico

Instituições, institucionalização e produção do conhecimento

Sergio Nunes Pereira

NOTA DO EDITOR

Mesa redonda no XII Encontro Nacional de Geógrafos – Florianópolis (2000). Coordenador: Sergio Nunes Pereira (UFF). Expositores: Antônio Carlos Robert de Moraes (USP), Manoel Fernandes de Souza Neto (UFC) e Silvia de Mendonça Figuerôa (UNICAMP)

- 1 A história do pensamento geográfico produzido no Brasil não costuma ser um tema freqüente em eventos científicos organizados por geógrafos. Este fato evidente chega mesmo a surpreender quando se considera, numa perspectiva histórica, a centralidade da discussão geográfica nas interpretações e propostas de organização da sociedade brasileira. Pode-se mesmo dizer, como propõe Antonio Carlos Robert de Moraes,¹ que, para um país onde a existência de fundos territoriais e patrimônios naturais são fatos notáveis, a falta de uma reflexão mais acurada sobre os temas e questões geográficas constitui uma lacuna na historiografia nacional. Convém observar que tal percepção não escapou aos que se dedicaram a pensar o Brasil no passado. Como demonstra Lia Osório Machado em um trabalho seminal,² nas últimas décadas do século XIX, uma talentosa geração de intelectuais produziu uma vigorosa leitura geográfica do país, especulando sobre os potenciais e os limites apresentados pelo território ou pela população frente ao projeto de modernização vislumbrado naquele momento decisivo da história nacional. Na avaliação da autora, a abordagem geográfica encontrava-se entrelaçada com a abordagem sociológica sobre o Brasil, assumindo uma posição privilegiada nas preocupações de nossas elites intelectuais sobre os rumos e perspectivas da nação.
- 2 Na década de 1930, por caminhos sem conexão com a discussão acima mencionada, o saber geográfico no Brasil adquire forma acadêmica e institucional. A consumação deste fato, seja em sua versão universitária ou através dos órgãos técnico-administrativos criados, pouco ou nada contribuiu para redimensionar o debate geográfico anteriormente existente; ao contrário, agiu muito mais no sentido de sua diluição. Em grande parte, isto

se deve à própria estratégia da comunidade de geógrafos nascente. Comodamente instalada em seu espaço institucional, ela pareceu optar por não se expor ao debate acadêmico acerca das questões nacionais, contentando-se em fornecer subsídios técnicos às ações governamentais ou ocupar discretamente seu lugar no ensino escolar.

- 3 Acreditando-se protegidos em seu casulo disciplinar, os geógrafos chegaram a desfrutar de um certo prestígio social e institucional, pelo menos enquanto foi forte, nos meios oficiais, a retórica de valorização do território nacional. Quando os rumos do debate sobre o desenvolvimento do país começaram a apontar para outras direções, colocando novas questões em pauta e demandando outros profissionais para solucioná-las, nossa disciplina mergulhou num profundo e prolongado ostracismo.
- 4 A chamada “crise da geografia”, amplamente evidenciada no final da década de 1970, trouxe consigo um esforço de renovação que, entre outras iniciativas salutaras, deixou subentendido um projeto de releitura da trajetória disciplinar. Tal projeto, porém, não foi levado adiante satisfatoriamente. Algumas vezes a revisão historiográfica anunciada parece não ter significado mais do que um mero “acerto de contas” com o passado da geografia, resumindo-se a uma etapa preliminar da tarefa – considerada mais importante – de reformulação das bases teórico-metodológicas da disciplina. Já em outras ocasiões a investigação se viu comprometida pela tentativa de reciclar modelos de análise historiográfica tradicionalmente estabelecidos, aos quais foi apenas adicionada uma certa perspectiva crítica. Qualquer que tenha sido o motivo, o fato é que, na grande maioria das vezes, não se chegou a construir efetivamente uma via analítica capaz de amparar o projeto pretendido. A renovação da geografia brasileira, bem ou mal operada ao longo dos anos 80, não se fez acompanhar de uma renovação da historiografia da disciplina. Em tal contexto, ganha especial importância a retomada do interesse pela história do pensamento geográfico no Brasil, com vistas a alimentar um debate sobre o passado, o presente e o futuro da geografia como disciplina científica.
- 5 Na encalço de tal objetivo, o grande desafio parece ser o superar a velha prática da pesquisa voluntarista e ensaística, ainda fortemente enraizada em nossa cultura acadêmica. Recentemente, porém, algumas iniciativas promissoras vem sendo realizadas neste sentido. O amadurecimento da reflexão em história do pensamento geográfico no Brasil constitui hoje, felizmente, um fenômeno coletivo. Em menos de dois anos, foi constituído um Grupo de Trabalho, realizado um Encontro Nacional e organizada uma revista específica sobre o tema (Terra Brasilis), o que não significa pouca coisa.
- 6 A mesa redonda que aqui se apresenta alinha-se em sintonia com este movimento. De forma diferente de outras ocasiões, ela não foi organizada como um “painel”, onde cada expositor trata de um assunto diferente. Desta vez, sem com isso abrir mão da pretensão de apresentar contribuições complementares e variadas, pretende-se ir um pouco mais além, orientando-se a discussão para uma questão central comum a todas as exposições. A escolha recaiu sobre os problemas relacionados à construção de uma história do saber geográfico, com ênfase tanto em aspectos teóricos como institucionais. Além de possibilitar abordagens distintas, o tema permite ainda a comparação de experiências diferentes de organização do saber em questão e da memória produzida sobre ele. Espera-se, assim, contribuir para um melhor entendimento da constituição do campo disciplinar e da construção da identidade coletiva da comunidade científica dos geógrafos, processos em grande medida vinculados.
- 7 Participam da mesa a professora **Silvia Figuerôa** e os professores **Antônio Carlos Robert de Moraes** e **Manoel Fernandes**. A primeira expositora, pesquisadora conhecida por suas

investigações sobre a história das geociências no Brasil, falará especificamente sobre o tema *instituições e formas de institucionalização do saber científico*; o segundo expositor, autor de trabalhos de referência obrigatória na área de história do pensamento geográfico geral e do Brasil, discorrerá sobre o tema *geografia, história e história da geografia*; finalmente, o último expositor, membro do Grupo de Trabalho encarregado da organização desta mesa, apresentará sua comunicação problematizando o *modo pelo qual as instituições geográficas produziram e reproduziram a história da disciplina*.

NOTAS

1. A proposição está implícita em trabalhos escritos pelo autor desde o final da década de 80, por exemplo: MORAES, A. C. R. de (1988). *Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo, Hucitec; e MORAES, A. C. R. de (1991). “Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil” in *Estudos Históricos* vol. 4 nº 8. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, pp. 166-176.
2. MACHADO, L. O. (1995). “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)” in CASTRO, I. E. et alii (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 309-353.